
Banco Rodobens S.A.

**Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2022
e relatório dos auditores independentes**

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanco patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	16
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis	16
3 Caixa e equivalentes de caixa	21
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
5 Títulos e valores mobiliários	22
6 Instrumentos financeiros derivativos	23
7 Relações interfinanceiras	26
8 Operações de crédito e arrendamento mercantil	26
9 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	29
10 Outros créditos	29
11 Outros valores e bens	30
12 Ativos fiscais diferidos	30
13 Investimentos em participações em coligadas e controladas	32
14 Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível	34
15 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021	36
16 Depósitos	37
17 Recursos de aceites e emissão de títulos	37
18 Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	38
19 Despesas com captações, empréstimos e repasses	38
20 Outras obrigações	39
21 Patrimônio líquido	41
22 Transações entre partes relacionadas	43
23 Outras informações	45
24 Limite operacional – Acordo da Basileia	49
25 Gerenciamento de riscos e capital	50

Relatório da administração

Banco Rodobens S.A.

O Banco Rodobens S.A. faz parte da Rodobens S.A., uma plataforma de serviços financeiros (Banco, Consórcio, Corretora de Seguros e Leasing & Locação) que se alavanca no varejo automotivo (Veículos Leves e Pesados), combinando canais físicos e digitais, operando de forma integrada e sinérgica em um ecossistema integrado de soluções que permite o *cross-selling* em pontos estratégicos do ciclo de vida dos nossos clientes.

O Banco hoje está estruturado em três principais segmentos para sua expansão, são eles:

- Varejo Automotivo – separado pelos segmentos de veículos leves (automóveis) e veículos comerciais (caminhões), conta com produtos de financiamento e arrendamento mercantil para clientes de concessionárias Rodobens e Parceiras. *Produtos: CDC, Finame, CCE, Plano Pontual, Leasing Operacional e Financeiro;*
- Pessoa Jurídica – com produtos e equipes especializadas no atendimento de grandes frotistas, locadoras, montadoras, concessionárias e clientes institucionais. *Produtos: Floor Plan, Cessão de Duplicatas, Antecipação de Cartão de Crédito e todos os produtos que também atendem o varejo automotivo;*
- Pessoa Física – com produtos de crédito que são oferecidos por meio dos canais digitais, parceiros e agentes comissionados. *Produtos: Empréstimo com Garantia de Imóveis (EGI), Consignado Privado e Empréstimo com Garantia em Consórcio (EGC).*

Comparativo de resultado do semestre encerrado em 30 de junho de 2022

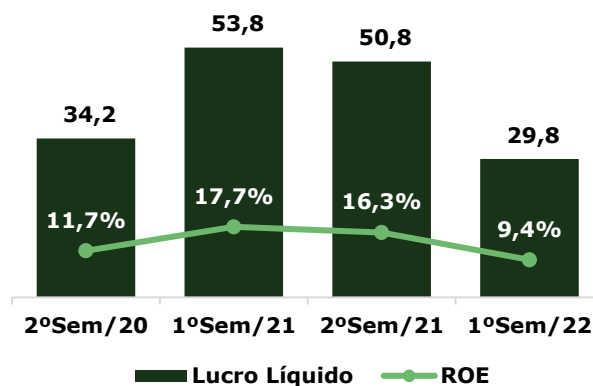
Lucro líquido

O lucro líquido do período atingiu R\$ 29,8 milhões, 45% abaixo do resultado apresentado no primeiro semestre de 2021 (R\$ 53,8 milhões). Com esse resultado o ROE (*Return On Equity*) atingiu 9,4%.

Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto foi de R\$ 18,9 milhões no período, o que corresponde a uma redução de 63% frente ao resultado do primeiro semestre do ano anterior.

As receitas de intermediação financeira cresceram 75% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, seguindo a estratégia de crescimento de carteira e diversificação do portfólio para aumento da rentabilidade e resultando também no crescimento das receitas de tarifas e serviços (+32%). Por outro lado, nesse mesmo período, presenciamos uma forte evolução do CDI – que saiu de 4,15% em jun/21 e atingiu 13,15% em jun/22 – impactando diretamente o custo das captações do banco, que subiram em uma proporção maior que as receitas.



Despesas administrativas, pessoal e tributárias

As despesas demonstraram um crescimento de 29% no comparativo semestral, em linha com a nossa estratégia de investimentos em pessoas e tecnologia, para suportar o forte crescimento da carteira e do portfólio de produtos do banco. Ainda assim, o aumento das despesas foi menor que o crescimento das receitas, gerando uma economia de escala que resulta em uma maior eficiência da operação.

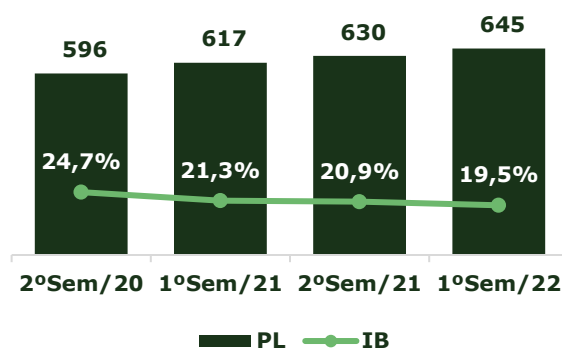
Rating

Em julho/22, a Rodobens S.A. foi classificada pela Fitch Ratings com o rating 'AA(bra)', com perspectiva estável. Corroborando com o rating do Banco Rodobens S.A. que já havia sido afirmado em dezembro/21 como 'AA(bra)', mantendo a perspectiva estável. Reforçando a sinergia do grupo e a colaboração entre os diferentes negócios do grupo.

Estrutura de capital e *funding*

O total de recursos captados no primeiro semestre de 2022 alcançou R\$ 0,6 bilhões contra R\$ 1,0 bilhões captados no primeiro semestre de 2021.

Com um patrimônio líquido (PL) de R\$ 645 milhões e um Índice de Basileia (IB) de 19,5% o Banco Rodobens apresenta um balanço bastante confortável para a execução da sua estratégia de crescimento de carteira. A variação de quase R\$ 30 milhões no PL em 12 meses é explicada pelos resultados acumulados do período. Importante ressaltar que os mínimos regulatórios* para o Índice de Basileia em junho/22 é de 10,5%.

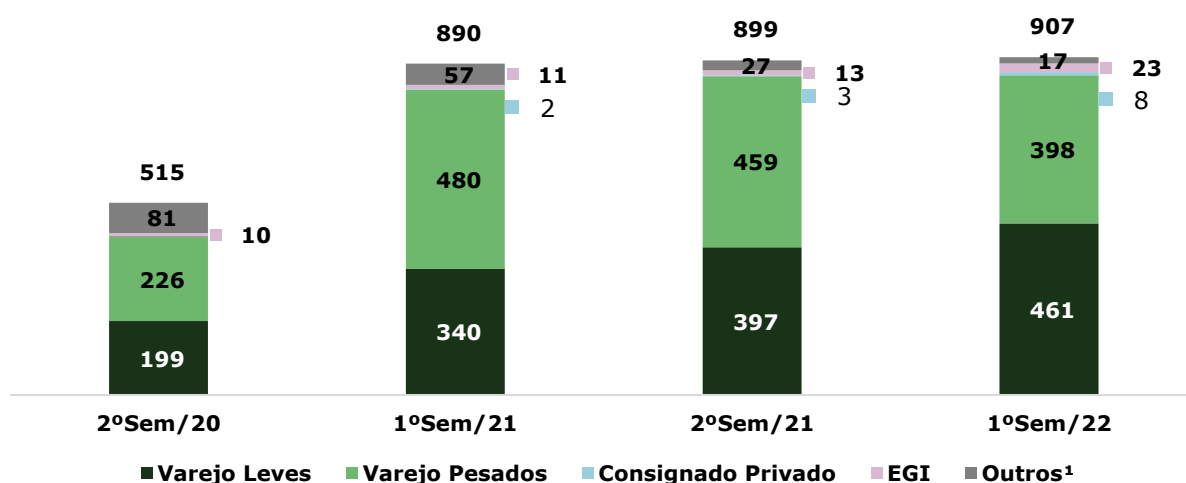


Carteira de crédito

A partir do final do ano de 2020, o Banco traçou uma estratégia de crescimento robusto da carteira de crédito, mantendo o conservadorismo na concessão e o mesmo rigor nos controles e cobrança, mas ampliando os canais e seu portfólio de produtos.

Como resultado desta estratégia, a originação de crédito mudou de patamar a partir de 2021, e no primeiro semestre de 2022, fechamos com uma produção de R\$ 907 milhões, número 2% maior se comparado com o mesmo período de 2021.

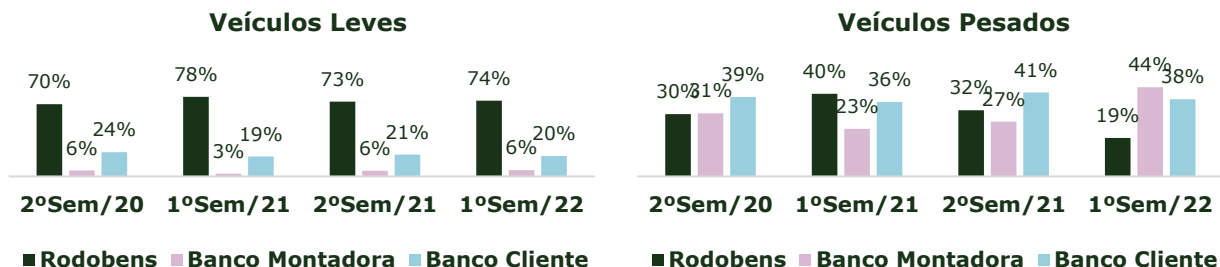
Originação de crédito (R\$MM)



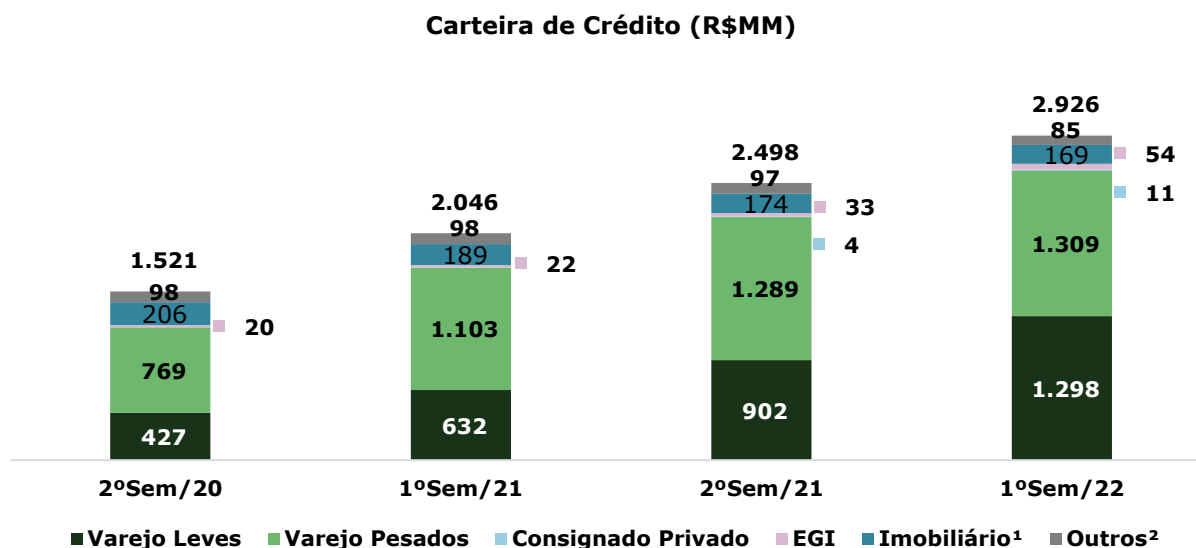
*Fonte: Bacen

1.Outros Produtos: Capital de Giro, Financiamento Pós-Vendas, Financiamento Imobiliário, KG Coligadas

Como principal destaque de originação temos o segmento do Varejo Automotivo. Na categoria de veículos leves atingimos um *market-share** de 74% dentro das concessionárias Rodobens no acumulado do 1º semestre e com crescimento de 36% na originação no comparativo semestral. Na categoria de veículos pesados, o *market-share* foi de 19% dentro das concessionárias Rodobens com uma redução de 17% na originação.

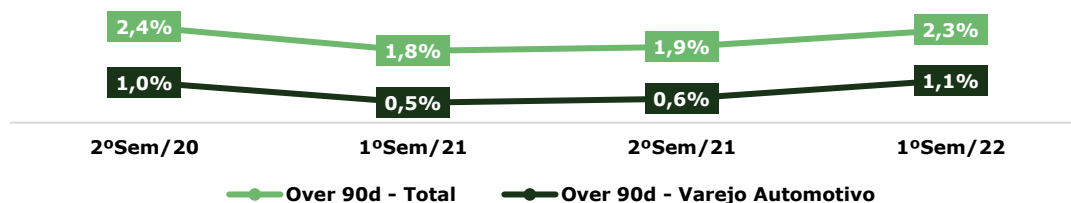


Com isso, nossa carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 2,9 Bi no fechamento do primeiro semestre de 2022, um crescimento de 43% nos últimos 12 meses. A carteira do segmento Varejo Automotivo, composta de financiamentos de veículos leves, pesados, frotistas e floor plan** acelerou o movimento de crescimento, com alta de 48% nos últimos 12 meses. Por outro lado, a carteira imobiliária que não faz parte da estratégia de crescimento do banco (*run-off*) continua em queda e reduziu 16% em comparação com o segundo semestre de 2020, seguindo o mesmo movimento de anos anteriores.



Inadimplência

O indicador over 90d*** de inadimplência da carteira atingiu 2,3%, demonstrando uma piora de crédito do mercado, mas ainda sendo impactado por produtos em *run-off*. No segmento do Varejo Automotivo, o over 90d atingiu a marca de 1,1%, 0,6p.p. acima do menor patamar, registrado no primeiro semestre de 2021.



**Market Share*: Participação de mercado dentro das concessionárias do grupo Rodobens

**Frotistas: começou a ser acompanhado separadamente em nov/20, totalizando R\$ 11,1MM em dez/20, R\$ 85,2MM em jun/21, R\$141,0MM em dez/21 e R\$ 198,5MM em jun/22

** Floor Plan: o produto se iniciou em ago/21, totalizando R\$ 0,8MM em dez/21 e R\$ 44,4MM em jun/22, concentrado em veículos leves

***Over 90d: Créditos vencidos a mais que 90 dias

1. Imobiliário: Cessão RNI, Cessão P.E., Refin. Imóveis, Plano Empresário, Plano Único, Financiamento Imobiliário (CEF), Financiamento Imobiliário (tesouraria)

2. Outros Produtos: Kg Partes Relacionadas, Capital de Giro, Floor Plan, CCB Serviços



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e Acionistas do

Banco Rodobens S.A

São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rodobens S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rodobens S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios em 16 de março de 2022 e 24 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

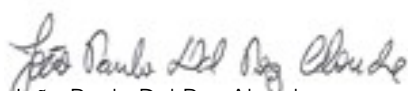
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Balanco patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Nota	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Disponibilidades	3	1.616	2.655
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	50.141	25.999
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	173.334	405.877
Derivativos	6	6.222	4.200
Relações interfinanceiras	7	16.311	5.839
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.014.721	790.963
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(3.677)	(2.520)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	54.572	56.615
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(44.850)	(47.987)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(942)	(679)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8(d.i) e 9	(28.417)	(11.786)
Arrendamento mercantil operacional	8(d.ii) e 9	(544)	(606)
Outros créditos	10	3.021	4.347
Outros valores e bens	11	18.577	26.374
Ativos fiscais correntes	12(a)	6.609	8.501
Total do ativo circulante		1.266.694	1.267.792
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	407.425	457.747
Derivativos	6	8.626	4.445
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.809.368	1.587.823
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(11.131)	(7.738)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	48.038	62.750
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(47.907)	(62.617)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(1.479)	(1.941)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8(d.i) e 9	(56.129)	(69.582)
Arrendamento mercantil operacional	8(d.ii) e 9	(436)	(460)
Outros créditos	10	80.079	76.220
Outros valores e bens	11	21.190	48.257
Ativos fiscais			
Correntes	12(a)	2.375	133
Diferidos	12(b)	110.328	95.367
Total do realizável a longo prazo		2.370.347	2.190.404
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	204.011	191.554
Imobilizado de uso	14	5.067	5.013
Depreciação acumulada	14	(4.485)	(4.340)
Imobilizado de arrendamento	14	289.532	295.268
Depreciação acumulada	14	(119.812)	(119.150)
Ativos intangíveis	14	9.325	6.835
Amortização acumulada	14	(3.267)	(2.659)
Total do ativo não circulante		2.750.718	2.562.925
Total do ativo		4.017.412	3.830.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Passivo	Nota	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	751.558	452.893
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	470.774	213.526
Relações interfinanceiras	7	1.104	
Obrigações por empréstimos		911	905
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	18	104.780	97.258
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.326	4.296
Outras obrigações			
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.579	1.099
Sociais e Estatutárias	20 (a)	18	17.131
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	1.938	2.813
Diversas	20 (c)	56.528	53.945
Total do passivo circulante		1.395.516	843.866
Não circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	1.241.924	1.311.544
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	421.046	733.193
Obrigações por empréstimos		8.324	8.363
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	18	214.608	223.006
Instrumentos financeiros derivativos	6	22.401	18.137
Outras obrigações			
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	59.920	56.294
Diversas	20 (c)	8.307	6.013
Total do passivo não circulante		1.976.530	2.356.550
Patrimônio líquido	21		
Capital social		342.045	342.045
Reservas de lucros		326.927	310.287
Outros resultados abrangentes		(23.606)	(22.031)
Total do patrimônio líquido		645.366	630.301
Total do passivo e patrimônio líquido		4.017.412	3.830.717

Banco Rodobens S.A.**Demonstração do resultado****Semestres findos em 30 de junho****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		244.968	139.708
Operações de crédito	8 (g)	172.110	81.736
Operações de arrendamento mercantil	8 (g)	45.945	42.647
Resultado de títulos e valores mobiliários	5 (b)	26.582	14.005
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	331	1.320
Despesas da intermediação financeira		(226.116)	(88.967)
Operações de captações no mercado	19	(155.640)	(29.810)
Operações de empréstimos e repasses	19	(16.469)	(9.252)
Operações de arrendamento mercantil		(20.939)	(29.104)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(33.068)	(20.801)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.852	50.741
Outras receitas (despesas) operacionais		2.317	10.297
Receita de prestação de serviços		4.720	3.579
Despesas de pessoal	23 (a)	(13.601)	(9.640)
Outras despesas administrativas	23 (b)	(16.794)	(12.909)
Despesas tributárias	23 (c)	(2.675)	(3.003)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	43.857	39.056
Outras receitas operacionais	23 (d)	16.230	7.999
Outras despesas operacionais	23 (e)	(29.420)	(14.785)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		21.169	61.038
Imposto de renda e contribuição social	15	9.930	(5.816)
Provisão para imposto de renda		(2.116)	(4.991)
Provisão para contribuição social		(1.651)	(4.896)
Ativo fiscal diferido		13.697	4.071
Participações no lucro		(1.273)	(1.448)
Lucro líquido do semestre		29.826	53.774
Número de ações (em milhares)		261.135	261.135
Lucro por ação (em reais)		0,114	0,206

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Rodobens S.A.**Demonstração do resultado abrangente****Semestres findos em 30 de junho****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do semestre		29.826	53.774
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	(3.085)	(23.465)
Tributos diferidos sobre o valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	1.467	11.159
		(1.618)	(12.306)
Instrumentos financeiros nas investidas			
Hedge de fluxo de caixa	13	43	(13)
Resultado abrangente do semestre		28.251	41.455

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros a deliberar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		342.045	47.593	154.455	52.459	(481)		596.071
Lucro líquido do semestre							53.774	53.774
Destinação para reserva legal	21 (b)		2.689				(2.689)	
Destinação para reserva estatutária	21 (b)			52.459	(52.459)			
Distribuição de dividendos	21 (c)			(12.588)				(12.588)
Distribuição de JCP	21 (c)						(8.000)	(8.000)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)				43.085		(43.085)	
Valor justo - títulos e valores mobiliários						(12.306)		(12.306)
Hedge de fluxo de caixa	13					(13)		(13)
Saldos em 30 de Junho de 2021		342.045	50.282	194.326	43.085	(12.800)		616.938
Saldos em 31 de dezembro de 2021		342.045	52.822	184.113	73.352	(22.031)		630.301
Lucro líquido do semestre							29.826	29.826
Destinação para reserva legal	21 (b)		1.491				(1.491)	
Destinação para reserva estatutária	21 (b)			73.352	(73.352)			
Distribuição de dividendos	21 (c)			(7.986)				(7.986)
Distribuição de JCP	21 (c)						(5.200)	(5.200)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)				23.135		(23.135)	
Valor justo títulos e valores mobiliários	21 (d)					(1.618)		(1.618)
Hedge de fluxo de caixa	13 e 21(d)					43		43
Saldos em 30 de junho de 2022		342.045	54.313	249.479	23.135	(23.606)		645.366

Banco Rodobens S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		11.444	61.332
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL		19.896	59.590
Ajuste ao lucro líquido:		(8.452)	1.742
Resultado de participação em coligadas e controladas	13	(43.857)	(39.056)
Atualização sobre tributos a compensar	23 (d)	(310)	(58)
Atualização dos depósitos judiciais em garantia		(1.413)	(338)
Atualização de precatório leasing operacional		(1.939)	
Depreciações e amortizações	14	11.954	20.013
Superveniência/Insuficiência de depreciação		5	
Resultado da baixa de intangível		155	
Ajuste ao valor de mercado - derivativos e objeto de <i>hedge</i>		(4.360)	(4.451)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	33.068	20.801
Provisão para passivos contingentes	22 (d, e)	1.117	107
Provisão (reversão) para perdas em outros créditos	23 (d, e)	3.330	37
Provisão (reversão) para perdas em outros valores e bens	23 (d, e)	(2.993)	1.592
Provisão (reversão) para perdas de bens arrendados de leasing operacional	14	41	25
Contribuições (Pis e Cofins) diferidas		359	223
Provisão para despesas de bens arrendados de leasing operacional		93	484
Resultado de exercícios futuros - diferimento de renda de equalização de taxas		127	33
Resultado de exercícios futuros - deságio aquisição créditos sem coobrigação		(141)	(149)
Provisão para despesas operacionais e administrativas		273	2.571
Provisão para participações no lucro		(3.961)	(92)
Variação de ativos e passivos		(5.595)	(109.347)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(17.641)	
Redução em títulos e valores mobiliários		282.865	104.441
Redução em instrumentos financeiros derivativos		8.803	5.792
Aumento em relações interfinanceiras		(9.368)	(3.635)
Aumento em operações de crédito		(470.798)	(575.781)
Aumento em operações de arrendamento mercantil		(1.568)	(4.634)
Redução em outros créditos		7.069	11.398
Aumento (redução) em outros valores e bens		37.855	(14.538)
Aumento em ativos fiscais	12 (a, b)	(15.311)	(13.360)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	14	(12.453)	(3.736)
Baixa de imobilizado de arrendamento	14	7.609	14.101
Aumento em depósitos		229.046	145.564
Redução (aumento) em recursos de emissões de títulos		(54.899)	147.209
Redução (aumento) em obrigações por empréstimos e repasses		(908)	93.903
Aumento (redução) em outras obrigações		4.104	(16.071)
Caixa proveniente das operações		5.849	(48.015)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(940)	(5.724)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		4.909	(53.739)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	14	(54)	(175)
Aquisição de intangível	14	(2.645)	(1.268)
Juros sobre o capital próprio recebidos	13	4.609	
Lucros recebidos das investidas	13	28.161	19.979
Caixa líquido originado das atividades de investimentos		30.071	18.536
Atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	21 (c)	(21.533)	(13.487)
Dividendos pagos	21 (c)	(7.985)	(12.587)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(29.518)	(26.074)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.462	(61.277)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		28.654	79.518
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		34.116	18.241
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.462	(61.277)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

O Banco Rodobens S.A. ("Banco") é uma Companhia de capital fechado, domiciliada em São Paulo-SP, controlada pela Rodobens S.A., holding do Grupo Rodobens. Na forma de banco comercial é autorizado a operar com captação de depósito à vista, carteiras de crédito, investimento, financiamento comercial e arrendamento mercantil. Com foco no segmento de financiamento de veículos, tem como principais produtos o CDC, linhas de repasse do programa Finame, leasing operacional e empréstimos para pessoas jurídicas através de capital de giro com garantia real. Seu principal canal de distribuição é a rede de concessionárias do Grupo, sendo 26 concessionárias de caminhões e ônibus da marca Mercedes Benz e 19 concessionárias de automóveis das marcas: Toyota, Mercedes Benz e Hyundai.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022.

O Banco dispõe de Títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e, em função dos vencimentos dos títulos, estão apresentados no Ativo não circulante. O Banco poderá utilizar a liquidez destes títulos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 29 de agosto de 2022.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco apresenta as demonstrações financeiras individuais, estando dispensado da publicação da posição consolidada, prevista na Resolução do CMN nº 4.818/20.

Adicionalmente, o Banco alterou a apresentação das demonstrações financeiras, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20. A Resolução CMN nº 4.818/20 revogou as Resoluções CMN nºs 4.720/19 e 4.776/20, dentre outras. A Circular BACEN nº 3.559/19 foi revogada pela Resolução BCB nº 2/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. Dentre as principais alterações implementadas pelo Banco, temos: (i) os saldos do Balanço Patrimonial do período corrente foram comparados com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; (ii) apresentação dos saldos do Balanço Patrimonial por ordem de decrescente de liquidez e exigibilidade; (iii) inclusão da divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente; (iv) destaque do saldo de créditos tributários diferidos integralmente no ativo não circulante; e (v) evidenciação dos resultados recorrentes e não recorrentes. Em decorrências dessas alterações, os saldos de períodos anteriores também foram reclassificados para fins de comparação, sem impacto no Lucro Líquido ou Patrimônio Líquido.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para que sejam aplicáveis às instituições financeiras. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01: Redução ao valor recuperável de ativos. Alteração vigente

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;
Resolução CMN nº 4.720/19 – CPC 03: Demonstração dos fluxos de caixa. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/20;
Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05: Divulgação sobre partes relacionadas. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/20;
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24: Evento subsequente. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/20;
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações;
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;
Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1): Benefícios a empregados. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.877/20;
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46: Mensuração do valor justo, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;
Circular BACEN nº 3.959/19 – CPC 41: Resultado por ação. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme Resolução CMN nº 4.818/20;
Resolução CMN nº 4.924/21 - CPC 47 Receita de contrato com cliente, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022; e
Resolução CMN nº 4.967/21 - CPC 28 Propriedade para investimento, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco iniciou o plano para a implementação a ser apresentado ao Banco Central do Brasil até 30 de junho de 2022.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras do Banco, dentro do que for aplicável.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos, provisão para contingências, outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas de arrendamento mercantil dos tipos financeiro e operacional são registradas quando da exigibilidade das contraprestações, conforme determinado pela Portaria MF nº 140/84, ajustadas pelo valor presente do fluxo futuro das respectivas operações, no caso das operações do tipo financeiro, conforme determinado pela Circular do BACEN nº 1.429/89.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários – livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários – Carteira própria

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 5(a).

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("*hedge*") e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Adicionalmente, quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado pode ser desconsiderada, conforme previsto na Circular do BACEN nº 3.150/02, desde que observada condições específicas.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar, referentes às operações de *swap*, são registrados em contas patrimoniais (Nota 6).

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de juros. O Banco administra os riscos por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. O Banco também efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos.

Para equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o Banco adotou em 2019 a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou certos derivativos como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* também são demonstrados pelo valor justo e registrados na demonstração de resultado.

O objetivo da gestão de riscos e a estratégia de proteção destes riscos são documentados no início da operação e de forma contínua quanto à efetividade dos instrumentos financeiros derivativos e o ajuste a valor justo das operações objeto de *hedge*. Se o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização, a relação de proteção é descontinuada. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge*, bem como o valor justo dos instrumentos financeiros objeto de *hedge* estão divulgados na Nota 6 (a).

(f) Demais ativos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Para estes casos, quando necessário, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(g) Investimentos, imobilizado e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- . Participação em empresas coligadas e controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).
- . Depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, pelo método linear, às taxas anuais entre 10% e 20%.
- . Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

(h) Passivos circulantes e não circulantes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% no exercício de 2020 e no primeiro semestre de 2021, e apenas no segundo semestre de 2021 a provisão para contribuição social foi constituída pela alíquota de 25%, conforme MP nº 1.034/21, transformada na Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL passou a vigorar novamente a 20%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo não circulante (Nota 12). O Banco também mantém débitos tributários diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 20 (b.i)).

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, podendo sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

(k) Impairment

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. O Banco efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

(I) Operações de crédito, arrendamento mercantil e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) de perda.

As rendas das operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem mudanças do nível de risco, conforme previsto na Resolução nº 2.682 do CMN. As operações enquadradas nos requisitos da Resolução CMN nº 4.803/20 foram mantidas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, durante o período entre 1º de março e 31 de dezembro de 2020. As renegociações de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que já haviam sido baixadas e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são fundamentadas na análise das operações efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário para cobrir a carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa. A composição está apresentada na Nota 9.

(m) Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/20 e o Banco dispõe de política interna de transações com partes relacionadas. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações. Os saldos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas estão apresentados na Nota 22(a).

(n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 23 (f).

3 Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2022	2021
Disponibilidades	1.616	2.655
Aplicações no mercado aberto (i)	32.500	25.999
	34.116	28.654

- (i) As aplicações no mercado aberto são lastreadas por títulos públicos federais, compostos integralmente por Letras do Tesouro Nacional, e têm prazos de vencimento de um dia útil.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros vinculadas ao crédito do agronegócio e Letras do Tesouro Nacional, conforme especificado abaixo:

	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - crédito rural	17.641	
Letras do Tesouro Nacional	32.500	25.999
	50.141	25.999

5 Títulos e valores mobiliários
(a) Saldo de títulos de valores mobiliários

Banco	Descrição	Vencimento	Valor de mercado		Valor de Curva	
			2022	2021	2022	2021
Bradesco (i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	151.952	203.041	151.952	203.041
Green Rdbs(i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	20.588	202.060	20.588	202.060
BNDES (i)	Cotas Fundo Desenvolvimento Social	Sem vecto	794	776	794	776
Bradesco	Letras Financeiras	17/07/2024	16.172	15.307	16.172	15.307
Tesouro Nacional	Letras Financeiras Tesouro	01/03/2023		59.780		59.809
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/07/2023	35.824	34.615	38.857	37.945
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	03/07/2023	10.313	9.965	11.164	10.890
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/01/2024	285.636	279.812	319.961	312.133
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	02/01/2024	59.480	58.268	66.364	64.656
Total – Títulos e Valores Mobiliários			580.759	863.624	625.852	906.617
Circulante			173.334	405.877		
Não circulante			407.425	457.747		

- (i) O Banco Rodobens não é cotista exclusivo desses Fundos.

Os títulos públicos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, e são atualizados pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os títulos privados estão custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Os títulos são classificados na categoria disponível para venda.

(b) Resultado de títulos de valores mobiliários

	2022	2021
Títulos de renda fixa	26.524	13.660
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.745	576
(-) Deságio na colocação de títulos	(1.687)	(231)
	26.582	14.005

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da carteira de crédito visando minimizar a exposição à variação de taxa de juros.

As operações de *swap*, contratadas em negociação associadas às operações de crédito em taxas pré-fixadas, taxa referencial (TR), IGP-M e IPCA, foram avaliadas ao valor de mercado, como requerido pela Circular nº 3.082/02.

Parte das operações de *swap* foi designada como instrumento de *hedge accounting* de valor de mercado. Em 30 de junho de 2022, o valor de referência de tais operações de *swap* totalizava R\$ 1.056.386 (2021 - R\$ 697.176). As operações de crédito em taxas pré-fixadas e operações de arrendamento mercantil operacional eram o objeto de *hedge*, além de captações via depósito a prazo com garantia especial. Esta prática foi adotada visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos derivativos, designados como proteção, ao valor justo da carteira de crédito e captações objeto de *hedge*.

Os saldos contábeis das operações de *swap* são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado e estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fluxos financeiros dos swaps

	2022								
Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Swaps designados no <i>hedge</i> de risco de mercado									
Instrumento de <i>hedge</i>									
Valor referencial	225.248	53.787	56.313	140.205	525.788	55.045		1.056.386	
Valor de "curva"	(3.176)	208	267	255	(204)	82		(2.568)	
Valor de mercado	(3.049)	873	1.331	2.524	4.021	1.665		7.365	
Ajuste ao valor de mercado	127	665	1.064	2.268	4.226	1.583		9.933	
Objeto de <i>hedge</i> - carteira de crédito e captações									
Valor referencial	252.556	61.087	64.300	158.981	906.514	63.446		1.506.884	
Ajuste ao valor de mercado	(172)	(328)	(994)	(3.263)	(13.188)	(1.682)		(19.627)	
Valor de mercado	252.384	60.758	63.305	155.718	893.326	61.764		1.487.255	
Swaps não usados no <i>hedge accounting</i>									
Valor referencial	4.543	5.241	30.253	98.477	84.401	7.316	26.328	256.559	
Valor de "curva"	(63)	(18)	(774)	(2.311)	(1.703)		(20.331)	(25.200)	
Valor de mercado	(2)	126	(387)	(1.520)	(3.641)	(3.549)	(12.271)	(21.244)	
Ajuste ao valor de mercado	61	145	387	791	(1.938)	(3.549)	8.060	3.957	
								2021	
Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Swaps designados no <i>hedge</i> de risco de mercado									
Instrumento de <i>hedge</i>									
Valor referencial	3.492	9.247	13.781	240.021	428.204	2.431		697.176	
Valor de "curva"	1	(18)	(6)	(1.140)	(491)	(82)		(1.736)	
Valor de mercado	82	347	694	(1.139)	3.272	237		3.493	
Ajuste ao valor de mercado	82	365	700		3.763	320		5.230	
Objeto de <i>hedge</i> - carteira de crédito e dpge									
Valor referencial	5.054	10.321	13.608	254.188	441.583	3.153		727.907	
Ajuste ao valor de mercado	(17)	(139)	(481)	(4.538)	(9.988)	(413)		(15.576)	
Valor de mercado	5.037	10.182	13.127	249.650	431.595	2.740		712.331	
Swaps não usados no <i>hedge accounting</i>									
Valor referencial	4.734	5.989	31.363	35.910	78.492	7.344	28.027	191.859	
Valor referencial a termo									
Valor de "curva"	(32)		11	9	26	(211)	(16.730)	(16.927)	
Valor de mercado	(137)	(17)	(42)	116	(2.799)	(3.261)	(11.141)	(17.281)	
Ajuste ao valor de mercado	(105)	(17)	(53)	107	(2.825)	(3.050)	5.589	(354)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Saldos dos swaps

	2022					
	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado
CDI x Pré						
Banco Itaú	1.394	1.398	(1.354)	44		20
Banco Bradesco	40.000	40.822	(40.808)	14		13
Banco Santander	41.881	41.881	(39.852)	2.029		846
Banco Votorantim	175.894	183.229	(176.131)	7.098		2.212
Banco ABC Brasil	4.029	4.029	(3.903)	126		53
Banco XP	162.507	167.303	(164.471)	2.832		2.830
Banco Safra	99.221	103.131	(101.336)	1.795		1.793
CDI x IGP-M						
Banco Bradesco	18.000	18.000	(30.404)		(12.404)	(1.574)
CDI x IPCA						
Banco Bradesco	26.232	26.232	(33.556)	737	(8.061)	(335)
Banco Votorantim	55.735	57.931	(58.923)		(992)	(2.128)
Banco XP	138.052	144.354	(145.430)	173	(1.249)	(992)
CDI x CDI+Pré						
Banco Bradesco	250.000	279.543	(283.516)		(3.974)	(623)
Banco Votorantim	300.000	314.803	(316.850)		(2.047)	(1.784)
Total	1.312.945	1.382.656	(1.396.534)	14.848	(28.727)	331
Circulante				6.222	(6.326)	
Não Circulante				8.626	(22.401)	

	2021					
	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado
CDI x Pré						
Banco Itaú	2.240	2.247	(2.201)	46		143
Banco Bradesco						50
Banco Santander	55.690	55.690	(53.660)	2.030		4.075
Banco Votorantim	117.155	120.579	(115.154)	5.459	(34)	8.658
Banco ABC Brasil	6.170	6.170	(6.024)	146		528
CDI x IGP-M						
Banco Bradesco	18.779	18.779	(30.175)		(11.396)	(4.661)
CDI x IPCA						
Banco Bradesco	27.001	26.831	(33.654)	495	(7.318)	634
Banco XP	112.000	112.117	(111.785)	469	(137)	332
CDI x CDI+Pré						
Banco Bradesco	250.000	265.218	(268.569)		(3.351)	(2.336)
Banco Votorantim	300.000	314.543	(314.740)		(197)	(197)
Total	889.035	922.174	(935.962)	8.645	(22.433)	7.226
Circulante				4.200	(4.296)	
Não Circulante				4.445	(18.137)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Relações interfinanceiras

O saldo de relações interfinanceiras corresponde à repasses interfinanceiros com correspondentes bancários e créditos vinculados referente depósitos no Banco Central.

Descrição	2022	2021
Correspondentes bancários	13.628	251
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	2.683	5.588
	16.311	5.839

8 Operações de crédito e arrendamento mercantil
(a) Composição e concentração da carteira por operações

Descrição	Indústria	Comércio	Rural	Habitação	Serviços (*)	Pessoa física	2022	2021
Empréstimos e direitos creditórios descontados	323	39.198	6	36.096	49.686	64.425	189.734	120.491
Financiamentos de veículos e outros bens	152.060	279.490	29.422	94.306	1.114.347	785.075	2.454.700	2.069.099
Financiamento imobiliário		853		32.834	9.427	40.346	83.460	89.359
Arrend. mercantil financeiro	346	1.299		4.554	3.983		10.182	3.054
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	32.954	12.820	173	669	47.452	8.542	102.610	119.365
Outros créditos	11.120	3.908	346	4.087	5.706	60.846	86.013	96.783
	196.803	337.568	29.947	172.546	1.230.601	959.234	2.926.699	2.498.151

(*) A operação de serviços é composta, substancialmente, por empresas que atuam no setor de transportes.

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	3.890	24.556	76.880	14.621	37.630	30.467	1.690	189.734
Financiamentos de veículos e outros bens	80.595	148.689	217.647	397.387	1.320.922	280.963	8.497	2.454.700
Financiamento imobiliário	872	10.757	11.471	4.009	11.854	21.078	23.419	83.460
Arrend. mercantil financeiro	340	547	960	1.812	5.525	998		10.182
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	5.302	9.870	14.386	25.013	41.940	5.769	330	102.610
Outros créditos	2.356	3.718	7.794	5.821	8.745	57.409	170	86.013
Total 2022	93.355	198.137	329.138	448.663	1.426.616	396.684	34.106	2.926.699
Total 2021	73.400	146.380	205.166	422.632	1.199.690	391.029	59.854	2.498.151

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Concentração do risco de crédito

Descrição	2022		2021	
	Valor	% s/ carteira	Valor	% s/ carteira
Principal devedor	40.819	1,39	44.833	1,79
10 maiores devedores	232.706	7,95	244.854	9,80
20 maiores devedores	333.486	11,39	339.933	13,61
50 maiores devedores	521.589	17,82	512.612	20,52

(d) Composição da carteira por nível de risco

(d.i) Carteira de crédito

Nível de risco	Provisão %	2022				2021			
		Operações a Vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão requerida	Provisão adicional (ii)	Operações a Vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão requerida	Provisão adicional (ii)
AA	0	493.602				359.001			
A	0,5	1.568.545	3.526	7.860		1.260.902	1.166	6.311	
B	1	517.123	26.894	5.440		556.241	22.908	5.791	
C	3	64.109	41.944	3.182		38.252	33.826	2.162	
D	10	11.401	16.553	2.795	1.298	2.295	17.261	1.956	1.183
E	30	1.142	7.318	2.538		3.769	6.960	3.219	
F	50	663	7.223	3.943		1.345	23.212	12.279	2.731
G	70	9.485	12.367	15.296		1.156	18.556	13.799	
H	100	3.141	39.053	42.194		18.585	13.351	31.937	
		2.669.211	154.878	83.248	1.298	2.241.546	137.240	77.454	3.914

(d.ii) Carteira de arrendamento mercantil operacional

Nível de risco	Provisão %	2022			2021		
		Operações a Vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão constituída	Operações a Vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão constituída
AA	0	6.965			4.174		
A	0,5	86.507		433	106.850		534
B	1	5.851	539	64	3.881	1.680	55
C	3	305	1.481	54	420	1.311	52
D	10	95	160	26	164	383	55
E	30		296	89		86	26
F	50	33	161	97	142		71
G	70						
H	100	56	161	217	51	223	273
		99.812	2.798	980	115.682	3.683	1.066

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Compreende as parcelas vincendas e vencidas, desde que a operação possua parcelas com atraso superior a 15 dias.
- (ii) A provisão adicional, em incremento ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, é constituída com base na perda esperada obtida através de indicadores de crédito da carteira.

(e) Operações renegociadas e recuperadas

Em 30 de junho de 2022, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 375.125 (2021 - R\$ 349.869). As operações de crédito renegociadas durante o semestre findo de 30 de junho de 2022 foi de R\$ 70.192 (2021 - R\$ 45.675). O montante renegociado é composto substancialmente por: (i) financiamentos para aquisição de bens no montante de R\$ 32.513 e operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 2.414, renegociadas substancialmente para prorrogações de parcelas; e (ii) operações de empréstimo para capital de giro, que correspondem ao montante de R\$ 33.616, geradas substancialmente por alterações de taxas e prorrogações de contratos.

No primeiro semestre de 2022 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 4.735 (Segundo semestre de 2021 - R\$ 6.605), cujo valor está registrado em "Receita da intermediação financeira – Operações de crédito" no resultado do semestre (Nota 8(g)).

(f) Arrendamento mercantil operacional

	2022	2021
Arrendamentos operacionais a receber	102.610	119.365
Rendas a apropriar de arrendamento operacional a receber	(92.757)	(110.604)
Juste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	(2.421)	(2.620)
Bens arrendados	289.532	295.268
Provisão para perdas de bens	(224)	(184)
Depreciação acumulada de bens	(119.588)	(118.966)
Valor dos contratos de arrendamento mercantil operacional	177.152	182.259

(g) Receitas das operações de crédito e arrendamento mercantil

	2022	2021
Empréstimos e direitos creditórios descontados	12.040	4.295
Financiamentos de veículos e outros bens	138.776	67.291
Financiamento imobiliário	4.277	6.242
Outros créditos	4.260	3.358
Equalização de taxas	12.546	1.552
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	4.735	5.584
	176.634	88.322
Arrendamento mercantil operacional	44.855	47.570
Arrendamento mercantil financeiro	918	37
	45.773	47.607
Valor justo das operações objeto de <i>hedge accounting</i>	(4.352)	(11.546)
	218.055	124.383

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo no início do semestre	82.434	78.470
Constituição das provisões	43.624	27.055
(-) Reversão das provisões	(10.556)	(8.556)
(-) Créditos baixados para prejuízo	(29.976)	(14.535)
Saldo no fim do semestre	85.526	82.434

10 Outros créditos

Descrição	2022	2021
Lucros e juros sobre capital próprio a receber (i)	34.290	34.290
Devedores por depósitos em garantia (ii)	41.313	39.807
Gastos com contencioso a recuperar	5.922	4.446
(-) Provisões para perdas - gastos com contencioso	(5.329)	(4.157)
Outros	6.904	6.181
	83.100	80.567
Circulante	3.021	4.347
Não circulante	80.079	76.220

- (i) Referem-se a valores de lucros e juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas (Nota 13).
- (ii) Referem-se, substancialmente, a depósitos judiciais no montante integral dos créditos tributários oriundos do mandado de segurança para resguardar a dedutibilidade de IRPJ e CSLL sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio referente a exercícios anteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11 Outros valores e bens**

Descrição	2022	2021
Bens não de uso próprio, retomados (i)		
Imóveis (iii)	22.639	55.878
Veículos	9.249	5.452
Outros bens	146	4.900
(-) Provisões para desvalorizações	(3.067)	(6.060)
Bens não de uso próprio, leasing operacional (ii)		
Veículos retornados	6.729	7.996
Veículos a arrendar	586	3.021
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas leasing operacional	2.556	2.357
Outras despesas antecipadas	929	1.087
	<u>39.767</u>	<u>74.631</u>
Circulante	<u>18.577</u>	<u>26.374</u>
Não circulante	<u>21.190</u>	<u>48.257</u>

- (i) Referem-se aos veículos, imóveis e outros, obtidos em dação de pagamento, apreendidos ou retomados e deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
- (ii) Consideram-se os veículos adquiridos para futuros arrendamentos ou retornados dos contratos de arrendamento mercantil encerrados e, quando aplicável, deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
- (iii) No primeiro semestre de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R\$27.767, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. (Nota 22(b)).

12 Ativos fiscais diferidos**(a) Composição dos ativos fiscais correntes**

Descrição	2022	2021
Impostos e Contribuições a Compensar		
Antecipações de IRPJ e CSLL	6.280	8.169
Créditos de decisões transitadas em julgado (i)	2.375	133
Outros impostos e contribuições a compensar	329	332
	<u>8.984</u>	<u>8.634</u>
Circulante	<u>6.609</u>	<u>8.501</u>
Não circulante	<u>2.375</u>	<u>133</u>

- (i) Referem se substancialmente a provisão e ao crédito precatório referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação dos ativos fiscais diferidos

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	30 de junho de 2022
Prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	5.623	5911		11.534
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	2.200	388	(447)	2.141
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Operações de crédito	37.095	14.405	(13.014)	38.486
Diferimento de receitas de equalização de taxas	89	123	(66)	146
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	17.038	13.482	(3.754)	26.766
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	20.300	3.575	(4.122)	19.753
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	8.343	2.042	(3.118)	7.267
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	4.679	1.302	(1.746)	4.235
	<u>95.367</u>	<u>41.228</u>	<u>(26.267)</u>	<u>110.328</u>
	30 de junho de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	5.311		312	5.623
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	1.695	1.154	(649)	2.200
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Operações de crédito	36.645	8.416	(7.966)	37.095
Diferimento de receitas de equalização de taxas	99	39	(49)	89
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	15.442	6.520	(4.924)	17.038
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	15.806	10.645	(6.151)	20.300
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	7.120	4.441	(3.218)	8.343
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	6.524	905	(2.750)	4.679
	<u>88.642</u>	<u>32.120</u>	<u>(25.395)</u>	<u>95.367</u>

(c) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2022, o valor presente dos ativos fiscais diferidos foi calculado com base na taxa CDI de 13,15% a.a. e totalizava R\$ 92.025 (2021 - CDI de 9,15% a.a. e totalizava R\$ 81.000).

	Projeção de realização						
Ativos fiscais diferidos	2022	2023	2024	2025	2026	De 5 a 10 Anos	Total
Adições temporárias	37.741	24.295	28.817	6.411	3.408	(1.878)	98.794
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	2.681	8.853					11.534
	<u>40.422</u>	<u>33.148</u>	<u>28.817</u>	<u>6.411</u>	<u>3.408</u>	<u>(1.878)</u>	110.328

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos em participações em coligadas e controladas

As participações societárias em empresas do Grupo Rodobens estão sumariadas como a seguir:

	Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. (i)	Ativos - Adm. Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (ii)	Total
Capital social em 30 de junho de 2022	235.153	100	
Percentual de participação	19,36%	99,90%	
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2022	974.356	15.353	
Resultado da investida no semestre de 2022	138.959	16.966	
Movimentação em:			
31 de dezembro de 2020	156.739	15.114	171.853
Resultado de equivalência patrimonial	23.081	15.975	39.056
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(15.685)	(7.393)	(23.078)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	(13)		(13)
30 de junho de 2021	164.122	23.696	187.818
Resultado de equivalência patrimonial	23.403	16.850	40.253
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(12.441)	(24.076)	(36.517)
31 de dezembro de 2021	175.084	16.470	191.554
Resultado de equivalência patrimonial	26.908	16.949	43.857
Lucros e dividendos distribuídos	(13.361)	(18.082)	(31.443)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	43		43
30 de junho de 2022	188.674	15.337	204.011

- (i) A principal atividade da investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. é a administração de grupos de consórcio.

Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 03 de fevereiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram distribuídos lucros nos valores de R\$ 309 e R\$ 290, respectivamente, de forma desproporcional a participação de cada sócio, gerando uma perda de capital no montante de R\$ 561 e o saldo a receber nos valores de R\$ 35 e R\$ 5 estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de julho de 2020, 19 de agosto de 2020, 29 de setembro de 2020, 29 de outubro de 2020, 30 de novembro de 2020 e 29 e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de lucros proporcionais à participação de cada sócio nos montantes de R\$ 2.566, R\$ 2.153, R\$ 1.791, R\$ 1.791, R\$ 1.791 e R\$ 3.249, respectivamente, e está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de junho de 2020 e 29 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R\$ 3.485 e R\$ 3.098, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R\$ 2.963 e R\$ 2.634, respectivamente, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em reunião dos sócios realizada em 18 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R\$ 12.587, recebido integralmente em 22 de junho de 2021.

Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de março de 2021 e 21 de junho de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), ambas no montante de R\$ 1.549, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte ambas no montante de R\$ 2.633, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reunião dos sócios realizada em 17 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R\$ 10.214, recebido integralmente em 27 de dezembro de 2021.

Em reuniões dos sócios realizadas em 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 1.936 e R\$ 290, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R\$ 1.646 e R\$ 246, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022, 20 de maio de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio nos montantes de R\$ 4.270, R\$ 1.355 e R\$ 4.454, respectivamente, e recebidos integralmente em 20 de março de 2022 e 23 de maio de 2022.

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R\$ 2.517 e R\$ 2.905. Em 30 de março de 2022 foi recebido o valor líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 4.

- (ii) A principal atividade da Ativos - Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. é a administração de carteira de valores mobiliários. Durante o primeiro semestre de 2022 foram recebidos lucros no montante de R\$ 18.082 (2021 – R\$ 31.469).

- (iii) Ajustes patrimoniais nas investidas

Referem-se aos ajustes no patrimônio líquido da investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., registrado por meio do método de equivalência patrimonial das suas coligadas e controladas. Os ajustes são compostos pela parcela efetiva do *hedge accounting* de fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível

	Imobilizado de uso			Total	Imobilizado de arrendamento	Intangível	Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros		Veículos	Software	
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	823	651	3.362	4.836	335.337	3.103	343.276
Depreciação/amortização acumulada	(722)	(623)	(2.708)	(4.053)	(104.444)	(2.245)	(110.742)
Saldo contábil líquido	101	28	654	783	230.893	858	232.534
Semestre findo em 30 de junho de 2021							
Saldo inicial	101	28	654	783	230.893	858	232.534
Aquisições		175		175	3.736	1.268	5.179
Baixas valor residual					(14.101)		(14.101)
Depreciação e amortização	(22)	(10)	(108)	(140)	(19.769)	(104)	(20.013)
Impairment					(25)		(25)
Saldo contábil líquido	79	193	546	818	200.734	2.022	203.574
Saldos findos em 30 de junho de 2021							
Custo total	823	826	3.362	5.011	312.895	4.371	322.277
Depreciação/amortização acumulada	(744)	(633)	(2.816)	(4.193)	(112.161)	(2.349)	(118.703)
Saldo contábil líquido	79	193	546	818	200.734	2.022	203.574
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20		5 a 20 (i)	20	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imobilizado de uso			Total	Imobilizado de arrendamento	Intangível	Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros		Veículos	Software	
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	823	651	3.362	4.836	335.337	3.103	343.276
Depreciação/amortização acumulada	(722)	(623)	(2.708)	(4.053)	(104.444)	(2.245)	(110.742)
Saldo contábil líquido	101	28	654	783	230.893	858	232.534
Semestre findo em 30 de junho de 2021							
Saldo inicial	101	28	654	783	230.893	858	232.534
Aquisições		175		175	3.736	1.268	5.179
Baixas valor residual					(14.101)		(14.101)
Depreciação e amortização	(22)	(10)	(108)	(140)	(19.769)	(104)	(20.013)
Impairment					(25)		(25)
Saldo contábil líquido	79	193	546	818	200.734	2.022	203.574
Saldos findos em 30 de junho de 2021							
Custo total	823	826	3.362	5.011	312.895	4.371	322.277
Depreciação/amortização acumulada	(744)	(633)	(2.816)	(4.193)	(112.161)	(2.349)	(118.703)
Saldo contábil líquido	79	193	546	818	200.734	2.022	203.574
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20		5 a 20 (i)	20	

- (i) A depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional é pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação:	21.169	21.169	61.038	61.038
Participação no lucro	(1.273)	(1.273)	(1.448)	(1.448)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	19.896	19.896	59.590	59.590
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	4.974	3.979	14.898	11.918
Resultado de participações em coligadas e controladas	(10.964)	(8.771)	(9.764)	(7.811)
Juros sobre o capital próprio auferidos	1.355	1.084	774	619
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(1.300)	(1.040)	(2.000)	(1.600)
Diferenças permanentes	438	18	509	10
Incentivo fiscal (PAT)	137			
Adicional do imposto de renda			(12)	
Contribuição social (diferença majoração alíquota - 5%)		160		(1.725)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.360)	(4.570)	4.405	1.411

(a) Emenda Constitucional nº 103/19

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, majorou a alíquota da CSLL para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020.

(b) Lei nº 14.183/21 – Conversão da MP nº 1.034/21

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei 14.183 em 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras de 20% para 25% com vigência entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL retornou a 20%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Depósitos

As captações em depósitos a vista, a prazo e os depósitos interfinanceiros são negociados a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

2022	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos a vista	693						693
Depósitos interfinanceiros		223.721					223.721
Depósitos a prazo		139.993	384.448	973.798	204.314	63.812	1.766.365
Outros depósitos	2.703						2.703
	<u>3.396</u>	<u>363.714</u>	<u>384.448</u>	<u>973.798</u>	<u>204.314</u>	<u>63.812</u>	<u>1.993.482</u>

2021	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos a vista	468						468
Depósitos interfinanceiros			209.993				209.993
Depósitos a prazo		58.139	178.750	979.305	282.670	49.569	1.548.433
Outros depósitos	5.543						5.543
	<u>6.011</u>	<u>58.139</u>	<u>388.743</u>	<u>979.305</u>	<u>282.670</u>	<u>49.569</u>	<u>1.764.437</u>

17 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos, negociados a juros de mercado, compreendem a emissão de Letras de créditos imobiliários, Letras de créditos do agronegócio e Letras financeiras. Os títulos têm as seguintes remunerações e distribuição por prazos de vencimentos conforme quadro abaixo:

		Vencimento					
2022	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Letras de créditos imobiliários							
	IPCA + 2,94% a 4,61%			1.779	3.531	1.046	6.356
	74% a 100% do CDI	6.572	10.394		7.344	11.131	35.441
	Pré 7,35% a 13,10%	10.372	48.771	24			59.167
		<u>16.944</u>	<u>59.165</u>	<u>1.803</u>	<u>10.875</u>	<u>12.177</u>	<u>100.964</u>
Letras de créditos agronegócio							
	Pré 10,17% a 12,16%	723	6.835				7.558
	68% a 131% do CDI	24.592	26.432	13.475	21.874	11	86.384
		<u>25.315</u>	<u>33.267</u>	<u>13.475</u>	<u>21.874</u>	<u>11</u>	<u>93.942</u>
Letras financeiras							
	DI + 1,5973% a 1,80%		336.083	360.831			696.914
			<u>336.083</u>	<u>360.831</u>			<u>696.914</u>
		<u>42.259</u>	<u>428.515</u>	<u>376.109</u>	<u>32.749</u>	<u>12.188</u>	<u>891.820</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Vencimento					
2021	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Letras de créditos imobiliários							
	IPCA + 2,94% a 4,61%			1.651	3.272	968	5.891
	80% a 130,5% do CDI	13.142	15.487		10.356	9.749	48.734
	Pré 5,50% a 9,00%	10.220	40.395	24			50.639
		23.362	55.882	1.675	13.628	10.717	105.264
Letras de créditos agronegócio							
	69% a 131% do CDI	30.986	47.204	13.834	20.442	143	112.609
Letras financeiras							
	111,70% do CDI		56.092				56.092
	DI + 1,5973% a 1,80%			672.754			672.754
			56.092	672.754			728.846
		54.348	159.178	688.263	34.070	10.860	946.719

18 Obrigações por repasses do país – instituições oficiais

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame e têm vencimentos até agosto de 2027 com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

2022	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Finame	26.009	78.771	147.939	66.150	519	319.388
	26.009	78.771	147.939	66.150	519	319.388

2021	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 3 a 5 anos	Total
Finame	25.071	72.187	148.270	74.736		320.264
	25.071	72.187	148.270	74.736		320.264

19 Despesas com captações, empréstimos e repasses

	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	13.728	2.895
Depósitos a prazo	87.714	8.884
Emissões de títulos		
Letras de crédito do agronegócio (LCA)	5.342	1.451
Letras de crédito imobiliário (LCI)	3.971	1.816
Letras financeiras	43.422	13.952
Despesa de contribuição ao FGC	1.463	812
	155.640	29.810
Repasses		
BNDES/Finame	16.185	8.953
Caixa Econômica Federal	284	299
	16.469	9.252
	172.109	39.062

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Outras obrigações**(a) Sociais e estatutárias**

Em 30 de junho de 2022, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Sociais e estatutárias" corresponde a R\$ 18 (2021 - R\$ 17.131), composto pelo saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar.

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2022	2021
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b.i)	59.920	56.294
Outros impostos e contribuições a recolher	1.938	2.813
	61.858	59.107
Circulante	1.938	2.813
Não circulante	59.920	56.294

(b.i) Provisão para impostos e contribuições diferidos

Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de resultados ainda não tributáveis, e que serão exigidas pela legislação tributária conforme a realização futura.

Descrição	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	30 de junho de 2022
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	558	66		624
Crédito e provisão sobre precatórios		90		90
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	50.523	5.210	(3.429)	52.304
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	5.147	607	(1)	5.753
Crédito e provisão sobre precatórios		968		968
Superveniência (insuficiência) de depreciação	66	116	(1)	181
	56.294	7.057	(3.431)	59.920

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	30 de junho de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2021
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	520	38		558
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	50.571	3.159	(3.207)	50.523
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	5.330	349	(532)	5.147
Superveniência (insuficiência) de depreciação	9	57		66
	<u>56.430</u>	<u>3.603</u>	<u>(3.739)</u>	<u>56.294</u>

(c) Diversas

Descrição	2022	2021
Obrigações do Plano único (i)	7.252	7.873
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	16.810	19.541
Provisão para passivos contingentes (c.i)	7.068	5.996
Obrigações com cartão de crédito a repassar (iii)	7.165	8.697
Obrigações com cartão pré-pago a repassar (iii)		832
Obrigações com operações de crédito a liberar (iv)	17.648	8.187
Recursos do FGTS para amortizações	2.228	1.891
Credores por recursos a liberar	45	121
Valores a pagar a sociedades ligadas	75	323
Equalização de taxas recebidas antecipadamente (v)	325	198
Outros	<u>6.219</u>	<u>6.299</u>
	<u>64.835</u>	<u>59.958</u>
Circulante	<u>56.528</u>	<u>53.945</u>
Não circulante	<u>8.307</u>	<u>6.013</u>

- (i) Correspondem aos valores do Plano único relativos aos clientes que se encontram na fase ainda não contemplados com cartas de crédito.
- (ii) Referem-se a contas a pagar com pessoal, despesas administrativas e provisões de despesas com a operação de arrendamento mercantil operacional.
- (iii) Obrigações com cartão de crédito e cartão pré-pago correspondem aos créditos utilizados, aguardando o vencimento para repasse às entidades credoras do consumo de bens e serviços.
- (iv) As operações de crédito a liberar, representam os contratos que aguardam o pagamento do crédito.
- (v) Refere-se a rendas antecipadas de equalização de taxas de operações de crédito, cuja realização ocorre na fluência dos respectivos prazos contratuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.i) Provisão para passivos contingentes

Em 30 de junho de 2022 o Banco possuía em aberto 1.498 (2021 – 1.215) processos de natureza tributária, cível, administrativa e trabalhista, sendo 96 (2021 – 75) processos classificados como perdas prováveis, para os quais foi constituída provisão no valor de R\$ 7.068 (2021 – R\$ 5.996), conforme movimentação demonstrada a seguir:

	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributária</u>	<u>Total</u>
Em 30 de junho de 2021	3.017	1.768	1	4.786
Constituições	1.897	193	3	2.093
Reversões	(245)			(245)
Pagamentos	(480)	(158)		(638)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>4.189</u>	<u>1.803</u>	<u>4</u>	<u>5.996</u>
Constituições	1.474	222	59	1.755
Reversões	(173)	(51)		(224)
Pagamentos	(292)	(167)		(459)
Em 30 de junho de 2022	<u>5.198</u>	<u>1.807</u>	<u>63</u>	<u>7.068</u>

(d) Passivos contingentes, não provisionados

Em 30 de junho de 2022, o Banco tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como passivos contingentes (perda possível), com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Desses, 91 (2021 – 62) processos estão classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 3.459 (2021 – R\$ 2.424), para as quais não há provisão constituída.

Adicionalmente, em decorrência das distribuições de juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores, o Banco possui mandado de segurança com depósitos judiciais do valor integral do crédito tributário no montante de R\$ 31.252 (2021 - R\$ 30.196), com o intuito de assegurar a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL, envolvendo risco de perda classificado pelos seus consultores jurídicos como possível com viés de remoto, aguardando consolidação do tema pelo Superior Tribunal de Justiça, para as quais também não há provisão constituída.

21 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social é representado por 261.135.157 (2021 – 261.135.157) ações nominativas sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é formado pelas reservas legal e estatutária.

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva totalizou o montante de R\$ 54.313 (2021 – R\$ 52.822) e tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem por finalidade garantir meios financeiros para o desenvolvimento da sociedade e garantir recursos para pagamentos de dividendos e para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, não podendo superar o saldo de 95% do capital social. Em 30 de junho de 2022, a reserva estatutária totalizou o montante de R\$ 249.479 (2021 – R\$184.113).

Os lucros a disposição da Assembleia representam exclusivamente o saldo de lucros apurados no exercício corrente aguardando destinação em deliberação da Assembleia Geral Ordinária, conforme Art. 132, inciso II da Lei 6.404/76. Em 30 de junho de 2022, os lucros a disposição da Assembleia totalizavam o montante de R\$ 23.135 (2021 – R\$ 73.352).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, sujeito à aprovação de Assembleia Geral de Acionistas.

Os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2018 a distribuição de dividendos no valor de R\$ 58.914. O valor de R\$ 58.896 foi liquidado através da transferência de bens não de uso próprios (BNDU) conforme avaliação e o saldo remanescente a pagar, no valor de R\$ 18, está registrado na rubrica de “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias” (Nota 20 (a)).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.000, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 7.493 e R\$ 1.007 líquido de imposto de renda retido na fonte foram pagos em junho de 2021 e março de 2022.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de junho de 2021 e 17 de dezembro de 2021 a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 12.587 e R\$ 10.214, os quais foram pagos em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 3.000, R\$ 5.000, R\$ 12.000 e R\$ 6.000, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 5.994, R\$ 8.991, R\$ 2.619 e R\$ 4.496 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em junho de 2021, janeiro de 2022, março de 2022 e junho de 2022, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de março de 2022, 20 de maio de 2022 e 29 de junho de 2022 a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 2.130, R\$ 1.355 e R\$ 4.500, os quais foram pagos integralmente em março de 2022, maio de 2022 e junho de 2022, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de março de 2022 e 29 de junho de 2022, as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 2.400 e R\$ 2.800, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 2.040 e R\$ 2.380 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em março de 2022 e junho de 2022, respectivamente.

(d) Outros resultados abrangentes

A variação no patrimônio líquido referente outros resultados abrangentes é decorrente de ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários (líquido de impostos), e parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa em investidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações do Banco com partes relacionadas do Grupo Rodobens ocorridas no semestre. As taxas utilizadas pelo Banco nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações.

	Rodobens Administr. Consórcios (i)	Portobens Administr. Consórcios	BrQualy Administr. Consórcios	CNF Administr. Consórcios	Rodobens Brasil Participações	Brqualy Participações	ConBr Administr. Consórcios	RNI Negócios Imobiliários	Rodobens S/A	Outros (ii)
Saldos ativos										
30 de junho de 2022	24.024	9.307								37.897
31 de dezembro de 2021	22.846	8.725	2	1						35.278
Saldos passivos										
30 de junho de 2022	83.655	210	138	713		41	1.022	120	491	475.066
31 de dezembro de 2021	1.476		311	1.545		104	834	2.197	952	475.847
Receitas e despesas										
Primeiro semestre de 2022										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(1.066)	(10)	(8)	(19)		(3)	(51)	(51)	(45)	(25.518)
Resultado de empréstimos	935	364								1.743
Equalização de taxas	4.033	6.626	1.622	266						274
Intermediação de negócios										
Outras receitas (despesas) administrativas	(8.996)									(31)
Primeiro semestre de 2021										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(116)	(60)	(18)	(21)	(698)	(282)	(10)	(121)	(127)	(2.758)
Resultado de empréstimos	523	203								910
Equalização de taxas	738	687	79	49						114
Intermediação de negócios										(2.045)
Outras receitas (despesas) administrativas	(6.276)									(56)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os saldos com a Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. referem-se a depósitos a prazo e rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados.
- (ii) Outros saldos e operações referem-se, principalmente, às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e aos depósitos a prazo com pessoas físicas e jurídicas ligadas.

(b) Outras transações com partes relacionadas

No exercício de 2021, o Banco vendeu bens não de uso próprios (BNDU) imóveis avaliados em R\$10.158, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R\$555, registrado no resultado do exercício de 2021.

No primeiro semestre de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R\$27.767, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R\$1.004, registrado no resultado do primeiro semestre de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Entende-se como pessoal-chave da administração a Diretoria Executiva do Banco Rodobens.

(i) Benefícios de Curto Prazo:

Abaixo estão apresentados os montantes de remuneração de curto prazo do pessoal chave da administração abrangendo a remuneração fixa e variável dos exercícios findos em 31 de dezembro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração fixa - honorários da diretoria	453	397
Remuneração variável - participação nos resultados	1.825	447

(ii) Benefícios de Longo Prazo e Remuneração baseada em ações:

O Banco Rodobens não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

(iii) Benefícios Pós Emprego e Benefícios Rescisórios:

A extinção da relação de trabalho com os administradores não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

23 Outras informações**(a) Despesas de pessoal**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ordenados e salários	4.915	3.137
Comissões		49
Horas extras	749	680
Férias	738	459
13º salário	541	332
Benefícios	1.771	945
INSS	1.972	1.330
FGTS	566	368
Indenizações e aviso prévio	306	34
Ajuda de custo	11	
Outras	2.032	2.306
	<u>13.601</u>	<u>9.640</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras despesas administrativas

	2022	2021
Despesas compartilhadas (i)	6.299	5.309
Serviços de informática (ii)	3.783	2.110
Provisões de despesas administrativas	2.073	2.492
Serviços técnicos especializados	811	434
Viagens	762	56
Depreciação e amortização	753	244
Propagandas e publicidade	520	201
Despesas de imóveis retomados	403	202
Acordos e condenações judiciais	307	116
Aluguéis	248	211
Entidades de classe	198	191
Serviços de terceiros	186	859
Comunicações	130	115
Manutenção e conservação	103	99
Outras	218	270
	16.794	12.909

- (i) Refere-se, substancialmente, aos repasses de despesas do centro de serviços compartilhados, que mantém as atividades administrativas do Grupo Rodobens.
- (ii) Despesas com processamento e licenças de sistemas de suporte às atividades da instituição. No primeiro semestre de 2022, o maior impacto se deve a gastos no desenvolvimento de sistemas para novos produtos e serviços de armazenamento em nuvem.

(c) Despesas tributárias

	2022	2021
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	250	179
COFINS	1.745	2.210
PIS	284	359
Outras	396	255
	2.675	3.003

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas operacionais

	2022	2021
Recuperação de ISS leasing operacional (i)	3.608	
Reversão de provisão para perdas com outros valores e bens (ii)	3.110	135
Ganho na venda de bens não de uso próprio (iii)	2.219	794
Recuperação de encargos e despesas (iv)	2.181	1.630
Atualização monetária depósitos em garantia (v)	1.413	338
Reversão de provisões operacionais	817	1.035
Reversão passivos contingentes	636	1.339
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	588	713
Atualização de impostos a compensar	310	58
Reversão de provisão despesas leasing operacional	240	84
Equalização de taxas de operação de crédito	147	82
Serviços de cobrança (vi)	138	1.399
Outras receitas	823	392
	16.230	7.999

- (i) Recuperação de despesa em ação de repetição de indébito de ISS sobre receita de leasing operacional, com trânsito em julgado e execução da sentença, convertido em crédito precatório atualizado, deduzido de *impairment* conforme Nota 23(e.iv);
- (ii) Reversão de provisões de desvalorizações de bens não de uso próprio (BNDU) recebidos;
- (iii) Resultado positivo na alienação de bens não de uso próprio (BNDU) mantidos para venda;
- (iv) Refere-se substancialmente ao ressarcimento de despesas documentais de veículos e imóveis, incorridas nos processos de venda de produtos;
- (v) Atualização monetária (Selic e TR) dos depósitos judiciais em garantia, de natureza cível, trabalhista e tributária;
- (vi) Resultado positivo dos honorários repassados para empresa de cobrança.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(e) Outras despesas operacionais**

	2022	2021
Despesas com intermediação de negócios (i)	6.076	2.045
Perdas na venda de bens não de uso próprio	5.898	243
Gastos com bens não de uso próprio (ii)	3.493	4.578
Descontos concedidos em renegociações (iii)	3.120	1
Provisão para perdas sobre crédito de ISS leasing operacional (iv)	1.366	
Serviços de terceiros	1.836	1.606
Provisões para perdas em outros créditos (v)	2.552	750
Provisões para passivos contingentes	1.753	1.446
Perdas de outros créditos (vi)	914	975
Administração de frota de leasing	767	458
Serviços de cobrança (vii)	596	421
Provisões para perdas com outros valores e bens (viii)	117	1.726
Outras despesas	932	536
	29.420	14.785

- (i) As despesas com intermediação de negócios referem-se à remuneração dos correspondentes pela contratação das operações de crédito e arrendamento mercantil;
- (ii) Gastos irre recuperáveis e provisões para perdas de gastos com contencioso, que compreendem: retomada, guarda, manutenção e venda de bens não de uso próprio;
- (iii) Descontos concedidos nas renegociações de operações de crédito, substancialmente no plano empresário;
- (iv) Provisão para perdas sobre o crédito precatório oriundo da ação de repetição de indébito em processo de ISS recolhido indevidamente nas operações de leasing operacional. O crédito atualizado está demonstrado na nota 23(d.i);
- (v) Representa a provisão para perdas constituída de gastos com contenciosos;
- (vi) Perdas de outros créditos representam os gastos com contenciosos não recuperados, para os quais havia provisão para perdas constituída;
- (vii) Gastos com registros de cobrança e serviços de consultas para análise de crédito;
- (viii) Provisão para perdas no valor recuperável de bens não de uso próprio;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2022			2021		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do exercício	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do exercício
Receitas da intermediação financeira	244.968		244.968	139.708		139.708
Despesas da intermediação financeira	(226.116)		(226.116)	(88.967)		(88.967)
Resultado bruto da intermediação financeira	18.852		18.852	50.741		50.741
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	165	2.152	2.317	10.297		10.297
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	19.017	2.152	21.169	61.038		61.038
Imposto de renda e contribuição social (ii)	10.898	(968)	9.930	(7.541)	1.725	(5.816)
Participações no lucro	(1.273)		(1.273)	(1.448)		(1.448)
Lucro líquido do semestre	28.642	1.184	29.826	52.049	1.725	53.774

Em 30 de junho de 2022:

- (i) Outras receitas (despesas) operacionais: crédito precatório e atualização monetária, referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional, líquido de *impairment*, com efeito positivo de R\$ 2.242 (Notas 23(d.i) e 23(e.iv)); e reflexos tributários de PIS e COFINS, com efeito negativo no montante de R\$ 90.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social: efeitos tributários sobre os resultados não recorrentes, no montante de R\$ 968.

24 Limite operacional – Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192/13 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e, através da Resolução nº 4.193/13 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, que tem a seguinte composição:

	Atividade
Banco Rodobens S.A.	Instituição Financeira
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
Portobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
CNF Administradora de Consórcios Nacional Ltda	Administradora de consórcios
ConBr Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
BrQualy Participações Ltda	Holding
Rodobens Brasil Part., Emp. e Neg. Ltda.	Holding
Bradesco FI Renda Fixa Crédito Privado VR	Fundo de Investimento
Green Rdbs FI Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento

- (i) O fundo de investimento Santander FI ERBR Renda Fixa Crédito Privado foi encerrado e deixou de integrar o Conglomerado Prudencial em junho de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a nova metodologia de cálculo, o Índice Basileia para 30 de junho de 2022 com base no conglomerado prudencial é 19,48% (31 de dezembro de 2021 – 20,92%), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022	2021
Patrimônio de referência (PR), Nível I	959.360	915.577
Capital Principal (CP)		
Patrimônio líquido	1.807.236	1.368.090
Ajustes prudenciais (i)	(847.876)	(452.513)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	4.924.829	4.376.655
Risco de crédito (RWA_{CPAD})	3.810.538	3.397.588
Risco de mercado (RWA_{MPAD})	-	-
Risco operacional (RWA_{OPAD})	1.114.291	979.067
Patrimônio de referência mínimo requerido: 8%	393.986	350.132
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	565.374	565.445
Índice Basileia (PR/RWA)	19,48%	20,92%

- (i) Os ajustes prudenciais são compostos, substancialmente, pela participação de não controladores, créditos tributários sobre diferenças temporárias e ativos intangíveis.

O Índice de Imobilização para 30 de junho de 2022 com base no conglomerado prudencial é 43,18% (31 de dezembro de 2021 – 36,60%), que indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente e, conforme definido pelo Bacen, o máximo permitido é de 50%.

25 Gerenciamento de riscos e capital

Cultura de Riscos

Disseminamos a cultura de riscos para aumentar o nível de conscientização dos colaboradores quanto ao seu papel na gestão dos riscos corporativos, por meio de:

- Código de Conduta que estabelece boas práticas, valores que devem ser seguidos pelos colaboradores e canais de denúncia, sendo amplamente divulgados;
- Políticas de Riscos que determinam os processos e procedimentos que são executados em cada área de risco;
- Divulgações periódicas de normativos por meio do Informativo Regulatório por Compliance;
- Disponibilização de canal direto de Comunicação com Compliance;
- Participação em comissões de entidades representativas do setor com posterior disseminação interna;
- Programas de segurança patrimonial e do trabalho, incluindo riscos socioambiental e segurança da informação anualmente;
- Treinamentos internos pela Universidade Rodobens e externos quando necessários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Gestão Integrada de Riscos

Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Rodobens estabeleceu tipos de controles, observando os limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, adotando instrumentos que permitem a consolidação e controle de uma forma integrada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio da Rodobens e com reporte nos fóruns:

- a) Comitê Executivo de Riscos;
- b) Comitê de Finanças, Riscos e Auditoria;
- c) Reunião do Conselho de Administração.

São adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- a) Visão consolidada de riscos;
- b) Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- c) Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- d) Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- e) Envolvimento da Alta Administração.

A Rodobens estabeleceu alguns parâmetros de alertas e limites aos riscos passíveis de quantificação, criando níveis de sinalização como:

O Alerta que indica que, embora seja admissíveis o atingimento, significa um estado de “atenção”, podendo este, conforme a relevância antecipar ações corretivas.

O Limite que indica a situação a partir da qual uma ação é necessária, buscando a correção e retorno para o status prévio de alerta.

O atingimento destes níveis deve ser tratado através da aplicação e acompanhamento de planos de ação, que pode ser analisar a evolução do cenário como um todo para tomada de medidas estratégicas.

Pilares de Gestão de Risco

O Banco implantou a sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

I. Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito alinhada às estratégias e políticas de crédito, que estabelecem limites operacionais e mecanismos de mitigação, assim como procedimentos aplicados na manutenção da exposição em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria e Conselho de Administração.

Tendo como objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação deste Risco, a Rodobens atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no monitoramento de concentrações, acompanhamento de operações após a concessão, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito, no ambiente interno e externo.

Os controles de concentração versam sobre exposições em grupos econômicos, empresas, pessoas físicas, partes relacionadas e operações compromissadas.

O processo de Crédito é constituído pelas etapas de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

II. Risco de Liquidez

Somos conservadores na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em cenários macroeconômicos que possam alterar a disponibilidade de recursos no mercado financeiro, sendo a administração do risco orientada por:

- a) Acompanhamento do fluxo de caixa projetado x Limite mínimo;
- b) Avaliação de operações da carteira com detalhamento das projeções de fluxo de caixa;
- c) Avaliação dos principais vencimentos que ocorrerão;
- d) Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomada de decisões.

Para a gestão do risco de liquidez são projetados frequentemente os fluxos de entradas/saídas e saldo de caixa frente margem mínima de segurança para o horizonte futuro suficiente para controle e tomada de decisões estratégicas.

As premissas de stress aplicadas podem ser ajustadas de acordo com os acontecimentos objetivando sempre refletir o contexto vivenciado e o horizonte de eventos esperados e de baixa probabilidade de ocorrência.

III. Risco de Mercado

O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos em relação ao PR, com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição seja suportada pelo capital da Instituição.

Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos.

Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes.

IV. Risco Socioambiental

Na fase de concessão e análise da operação de crédito, todos os proponentes devem passar pela verificação da conformidade legal das suas atividades. O objetivo é avaliar se o cliente está em conformidade legal, utilizando-se para isso, pesquisas de informações públicas (ausência de licenças ou autorizações, embargos ou ações de órgãos públicos, multas ambientais, sociais ou trabalhistas, entre outras), identificando possíveis investigações e ou crimes, diretamente ligados a pessoa física (clientes e sócios) e pessoa jurídica.

V. Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é mantido por processo contínuo de monitoramento e controle, onde avaliamos os cenários para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita e preparamos o planejamento e metas de acordo com seus objetivos estratégicos.

Os cenários de estresse de capital contemplam simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, nos quais são estimadas as perdas potenciais e exigências internas definidas pela Diretoria.

Dentre os fatores considerados nas simulações estão indicadores macroeconômicos, setoriais relacionados às exposições ativas e passivas e seus desdobramentos no ambiente interno da instituição, sendo o orçamento e inputs de stress em crescimento de carteira, atrasos de pagamento, pedidos de carência, provisionamento, Resultado, distribuição de lucros, dentre outros com seus consecutivos impactos em Patrimônio de Referência (PR) e Ativos ponderados pelo Risco (RWA).

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

VI. Risco Operacional

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por sistemas especializados. Os sistemas oferecem o devido suporte para as fases de mapeamento, cadastro de processos, avaliação e mensuração dos riscos, planos de ação, relatórios gerenciais, reportes para alta administração, alocação de capital e base de perdas.

O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio.

Outras informações sobre gerenciamento de riscos no site: <https://www.rodobens.com.br/compliance>

* * *